



PPAG 2016-2019 **EXERCÍCIO 2018**

Boletim de Monitoramento – **PLE 168/2017**

Saúde e Proteção Social
Direitos Humanos



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
DE MINAS GERAIS

BOLETIM DE MONITORAMENTO – PLE Nº 168/2017

Programa 36 – Promoção da cidadania e participação social

Proponentes

Thatiane Stephanie Mátiá Zacarias, Nathália Batista Ramos (Polícia Militar de Minas Gerais), Indira Ivanise Xavier (Casa de Referência da Mulher Tina Martins), Thereza Christina Cavalcante Lamy Diniz Serra e Meira (Conselho Estadual da Mulher – CEM), Nilmara Ivone Eduardo de Freitas Ramos, Renata Rocha (Casa de Referência da Mulher Tina Martins), Thais Michelle Mátiá Zacarias, Polyana Teixeira Jardim (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Magda Maria Melo de Seixas Salgado, Orislinda Maria Taranto Goulart, Jaqueline Ferreira Freitas, Marília Jardim de Sousa, Juliana Souza Paradela, Gerson Ferreira de Oliveira (Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos – Conedh), Andrei Felipe de Lucas Cesário (Confederação Nacional de Entidades Negras), Jacqueline Alves Alamino (Centro de Referência de Assistência Social), Cecília Ribeiro da Silva (Pastoral Nacional do Povo de Rua), Elenir de Fátima Braga (Instituto DH|Direitos Humanos), Gustavo Ferreira Silva.

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. In: _____. **Assembleia de Minas**: Poder e voz do Cidadão. (Portal.) Disponível em: <https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/interna.html?a=2017&n=168&t=PLE>. Acesso em: 11 abr. 2018.

Sugestões de intervenção

A PLE nº 168 sugeriu as seguintes alterações no Programa 36 – Promoção da Cidadania e Participação Social:

- inclusão de nova ação, denominada “Implementação e Monitoramento do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes”;
- inclusão de nova ação, denominada “Apoio aos Municípios para Elaboração, Implementação e Monitoramento de Plano Municipal Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes”;
- ampliação das metas física e financeira da Ação 4624 – Operacionalização dos Conselhos Estaduais de Direitos Humanos;
- alteração da finalidade da Ação 4624 – Operacionalização dos Conselhos Estaduais de Direitos Humanos;
- inclusão de nova ação, denominada “Implantação do Centro Estadual de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Material Reciclável”;
- alteração da finalidade e ampliação da meta financeira da Ação 4548 – Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos e Participação Social;
- alteração da finalidade e ampliação das metas física e financeira da Ação 4548 – Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos e Participação Social;
- alteração da finalidade e ampliação das metas física e financeira da Ação 4547 –

Implementação dos Centros de Referência em Direitos Humanos;

- inclusão de nova ação, denominada “Fortalecimento da Política de Igualdade Racial – PIR”;
- inclusão de nova ação, denominada “Capacitação de Lideranças e Fortalecimento de Instituições do Movimento Social Negro”;
- inclusão de nova ação, denominada “Promoção de Igualdade Racial”;
- restauração da ação “Enfrentamento ao Racismo”.

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. In: _____. **Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão.** (Portal.) Disponível em: <https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/documento.html?a=2017&n=168&tipoProjeto=PROPOSTA%20DE%20A%C3%87%C3%83O%20LEGISLATIVA&s=PLE&link=%2Fproposicoes%2Fpesquisa%2Favancada%3Fexpr%3D%28PLE20170016803585%5Bcodi%5D%29%5Btxmt%5D%26p>. Acesso em: 11 abr. 2018.

Resultados – Apreciação das sugestões de intervenção

Após análise pela Comissão de Participação Popular, pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e pelo Plenário da ALMG, as sugestões foram ACOLHIDAS na forma de:

- Emendas ao PPAG:
 - Programa 36 – Promoção da Cidadania e Participação Social.
Ação 4624 – Operacionalização dos Conselhos Estaduais de Direitos Humanos.
Mudança de finalidade para: garantir a manutenção e financiamento das atividades dos conselhos vinculados à Secretaria de Direitos Humanos, com vistas a fortalecer sua atuação e possibilitar o apoio aos Conselhos Municipais de Direitos, bem como ações de capacitação e formação de conselheiros estaduais e municipais de direitos.
 - Criação de nova ação:
Ação 4652 – Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento do Racismo.
Finalidade: promover ações visando ao empoderamento da população negra, especialmente de lideranças comunitárias e quilombolas, conselheiros de promoção da igualdade racial e gestores de políticas de igualdade racial, como forma de reconhecimento de direitos, promoção da igualdade e enfrentamento ao racismo.
Unidade Responsável: Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Sedpac.
Produto: pessoa atendida/atendida.
Público-alvo: população.
Territorialização: multiterritorial
Metas: Física: 80. Financeira: 200.000,00.
- Emendas ao PPAG e à LOA:

- Ação 4073 – Apoio a Projetos Especiais de Promoção e Proteção de Criança e Adolescentes.
 - acréscimo de R\$ 300.000,00 para desenvolvimento de ações de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no eixo da BR-116, nos Municípios de Itaobim, Padre Paraíso e Medina (R\$100.000,00 para cada um dos municípios).
- Requerimentos:
 - pedido de providências à Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Sedpac – para priorizar a implementação e o monitoramento do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes de Minas Gerais, bem como para apoiar os municípios na elaboração, implementação e monitoramento dos respectivos planos municipais, destinando-se recursos humanos e financeiros específicos para tais medidas;
 - pedido de providências à Sedpac para priorizar ações de apoio à criação de 40 Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher, bem como à estruturação e manutenção dos 85 já existentes no Estado por meio, inclusive, da destinação de recursos específicos para essa finalidade;
 - pedido de providências à Sedpac para envidar esforços na ampliação das ações de proteção e promoção dos direitos humanos da população em situação de rua e catadores de material reciclável no Estado, especialmente no fomento da implementação de políticas municipais voltadas para esse público;
 - pedido de providências à Sedpac para realizar estudos sobre a viabilidade de implantação de Centros de Referência em Direitos Humanos nos territórios Médio e Baixo Jequitinhonha e Vertentes;
 - pedido de providências à Sedpac para priorizar, no ano de 2018, as seguintes ações:
 - formação/capacitação dos conselheiros de promoção da igualdade racial;
 - realização de seminário estadual de gestores de políticas de igualdade racial;
 - elaboração do Plano Estadual de Igualdade Racial;
 - confecção e lançamento de revista sobre as políticas de igualdade racial e sobre o Plano Estadual de Igualdade Racial;
 - realização de seminários de capacitação de lideranças comunitárias, em parceria com prefeituras municipais, em 2018;
 - capacitação de lideranças comunitárias e quilombolas de entidades do movimento social negro, propiciando a elas condições de gerir suas instituições, bem como de elaborar projetos para participação em editais de chamamento público e executar seus programas;
 - pedido de informações ao secretário de Estado de Saúde acerca dos estudos e trabalhos até então realizados pelo Comitê Técnico de Saúde Integral da População

LGBT, instituído em Minas Gerais para implementar a Política Nacional de Saúde Integral LGBT;

- pedido de providências à Secretaria de Estado de Saúde para que envide esforços com o objetivo de fomentar pesquisas no campo da promoção da saúde integral LGBT, com ênfase na saúde das mulheres lésbicas e bissexuais;
- pedidos de providências a instituições públicas de ensino superior em Minas Gerais e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – com o objetivo de envidarem esforços e disponibilizar recursos para pesquisas no campo da promoção da saúde integral LGBT, com ênfase na saúde das mulheres lésbicas e bissexuais (5 requerimentos).

Instituições públicas de ensino superior em Minas Gerais destinatárias dos requerimentos: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

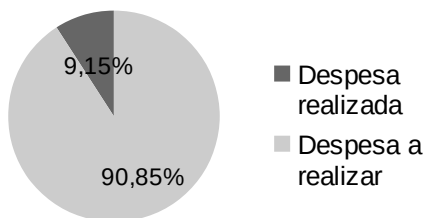
Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. *In*: _____. Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão. (Portal.) Disponível em: <https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/documento.html?a=2017&n=168&tipoProjeto=PROPOSTA%20DE%20A%20C%3%87%20C%3%83O%20LEGISLATIVA&s=PLE&link=%2Fproposicoes%2Fpesquisa%2Favancada%3Fexpr%3D%28PLE20170016803585%5Bcodi%5D%29%5Btxmt%5D%26p>. Acesso em: 11 abr. 2018.

MONITORAMENTO DOS DESDOBRAMENTOS – PLE Nº 168/2017

Visão geral da execução financeira do Programa 036 e das ações que foram objeto de emenda por sugestão popular – Jan-Set/2018

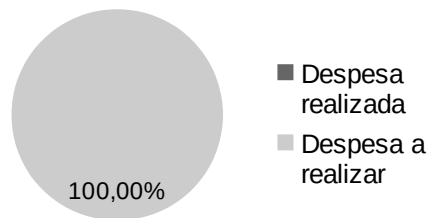
Os dados abaixo são preliminares, sujeitos a correção. A despesa a realizar considera o crédito autorizado.

PROGRAMA 36



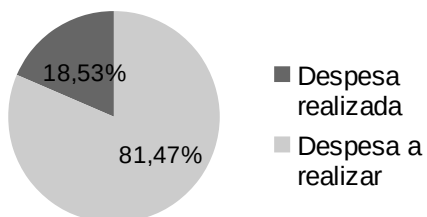
Despesa realizada	R\$ 2.590.598,12
Despesa a realizar	R\$ 7.782.412,51

AÇÃO 4652



Despesa realizada	R\$ 0,00
Despesa a realizar	R\$ 200.000,00

AÇÃO 4073



Despesa realizada	R\$ 333.398,83
Despesa a realizar	R\$ 1.465.929,00

Fonte: ARMAZÉNS de Informações da Administração Pública do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, Prodemge, 2018. Disponível em: <<http://www.armazem.mg.gov.br>>. Acesso em: 30 de setembro de 2018.

Visão geral da execução financeira da ação monitorada – Jan-Set/2018

AÇÃO: 4652 – PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E ENFRENTAMENTO DO RACISMO.

FINALIDADE: PROMOVER AÇÕES VISANDO AO EMPODERAMENTO DA POPULAÇÃO NEGRA, ESPECIALMENTE DE LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS E QUILOMBOLAS, CONSELHEIROS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E GESTORES DE POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL, COMO FORMA DE RECONHECIMENTO DE DIREITOS, PROMOÇÃO DA IGUALDADE E ENFRENTAMENTO AO RACISMO.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

Execução Financeira – Ação				Execução Financeira – Emenda			
Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	% Despesa/ Crédito Autorizado	Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	% Despesa/ Crédito Autorizado
200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	200000	200.000,00	0,00	0,00

Fonte: ARMAZÉNS de Informações da Administração Pública do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, Prodemge, 2018. Disponível em: <<http://www.armazem.mg.gov.br>>. Acesso em: 30 de setembro de 2018.

Visão geral da execução financeira da ação monitorada – Jan-Set/2018

AÇÃO: 4073 – APOIO A PROJETOS ESPECIAIS DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DE CRIANÇA E ADOLESCENTES.

FINALIDADE: APOIAR OS MUNICÍPIOS E ENTIDADES SOCIAIS NOS PROJETOS DE PROTEÇÃO, PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE POR MEIO DE INSTRUMENTOS JURÍDICOS ADEQUADOS.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO PARA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA.

Execução Financeira – Ação				Execução Financeira – Emenda			
Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	% Despesa/ Crédito Autorizado	Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Realizada	% Despesa/ Crédito Autorizado
1.465.929,00	1.799.327,83	333.398,83	18,53	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00

Fonte: ARMAZÉNS de Informações da Administração Pública do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, Prodemge, 2018. Disponível em: <<http://www.armazem.mg.gov.br>>. Acesso em: 30 de setembro de 2018.

Respostas aos requerimentos encaminhados

Nº PLE	Nº RQN	Conteúdo dos requerimentos	Houve resposta até 30/09?	Síntese da resposta
168	9529	À Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Sedpac, encaminhando pedido de providências para priorizar, no ano de 2018, as ações de formação e capacitação dos conselheiros de promoção da igualdade racial; realização de seminário estadual de gestores de políticas de igualdade racial; elaboração do Plano Estadual de Igualdade Racial; confecção e lançamento de revista sobre as políticas de igualdade racial e sobre o Plano Estadual de Igualdade Racial; realização de seminários de capacitação de lideranças comunitárias, em parceria com prefeituras municipais; e capacitação de lideranças comunitárias e quilombolas de entidades do movimento social negro.	Sim	A Sedpac informa que a Subsecretaria de Igualdade Racial tem desenvolvido processos de capacitação de gestores e conselheiros de direitos, de maneira especial, os de promoção da igualdade racial, nas temáticas que envolvem o enfrentamento ao racismo, discriminação racial e intolerâncias correlatas. Foram também citadas as conferências municipais, regionais e livres de promoção da igualdade racial

Respostas aos requerimentos encaminhados

Nº PLE	Nº RQN	Conteúdo dos requerimentos	Houve resposta até 30/09?	Síntese da resposta
				<p>realizadas no ano de 2017, bem como as visitas técnicas a municípios de Minas Gerais realizadas pela subsecretaria como momentos importantes de formação-capacitação de agentes públicos e da sociedade em geral.</p> <p>Sobre a capacitação de lideranças comunitárias e quilombolas e entidades do movimento negro, a subsecretaria colocou-se à disposição para colaborar com os órgãos e as entidades, dentro de sua competência técnica, o que não a impede de buscar parcerias dentro de outros órgãos do governo do Estado ou entidades afins.</p>
168	9531	Ao secretário de Estado de Saúde, encaminhando pedido de informações acerca dos estudos e trabalhos já realizados pelo Comitê Técnico de Saúde Integral da População LGBT, instituído no Estado para implementar a Política Nacional de Saúde Integral LGBT.	Não	
168	9534	À Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Sedpac, encaminhando pedido de providências para realizar estudos sobre a viabilidade de implantação de Centros de Referência em Direitos Humanos nos Territórios Médio e Baixo Jequitinhonha e Vertentes.	Não	
168	9536	À Secretaria de Estado de Saúde – SES, encaminhando pedido de providências para o fomento a pesquisas no campo da promoção da saúde integral LGBT, com ênfase na saúde das mulheres lésbicas e bissexuais.	Sim	A SES informa que no âmbito do SUS tal iniciativa é feita por meio do Programa Pesquisa para o SUS (PPSUS), que se trata de uma iniciativa visando o desenvolvimento científico e tecnológico. Esta iniciativa ocorre anualmente através de editais de chamamento público. Em Minas Gerais, tal programa é de gestão da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), que, no ano de 2017, realizou a seleção de projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação que promovam a formação e a melhoria da qualidade de atenção à saúde no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio do Edital NOQ7/2017, que encerrou em 04 de setembro de 2017 o prazo

Respostas aos requerimentos encaminhados

Nº PLE	Nº RQN	Conteúdo dos requerimentos	Houve resposta até 30/09?	Síntese da resposta
				para remessa de propostas. Neste edital havia o eixo 1 – PLANEJAMENTO, GESTÃO E INOVAÇÃO EM SAÚDE, com uma linha de promoção da equidade em saúde, que engloba em suas estratégias e ações a saúde integral LGBT, pois considera a orientação sexual e identidade de gênero um determinante social em saúde.
168	9538	À Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Sedpac, encaminhando pedido de providências para priorizar a implementação e o monitoramento do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes de Minas Gerais, bem como para apoiar os municípios na elaboração, na implementação e no monitoramento dos respectivos planos municipais, destinando-se recursos humanos e financeiros específicos para tais medidas.	Não	
168	9541	À Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Sedpac, encaminhando pedido de providências para priorizar ações de apoio à criação de 40 conselhos municipais dos direitos da mulher, bem como à estruturação e à manutenção dos 85 já existentes no Estado.	Não	
168	9543	À Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Sedpac –, encaminhando pedido de providências para a ampliação das ações de proteção e promoção dos direitos humanos da população em situação de rua e catadores de material reciclável no Estado, especialmente a implementação de políticas municipais voltadas para esse público.	Não	
168	9546	À UFMG,	Não	
168	9548	À UFU,	Não	
168	9550	À Uemg,	Não	
168	9554	UFJF,	Não	
168	9557	Unimontes,	Não	
168	9559	À Ufop,	Não	
168	9564	Ao CNPq,	Sim	O CNPq informou que atua de forma consistente no fomento a pesquisas na área de saúde em geral e na temática LGBT em particular e encaminhou planilha contendo levantamento dos

Respostas aos requerimentos encaminhados

Nº PLE	Nº RQN	Conteúdo dos requerimentos	Houve resposta até 30/09?	Síntese da resposta
				projetos apoiados por esse conselho nos últimos 5 anos que possuem interface com o tema de promoção da saúde do grupo LGBT. Informou, ainda, que periodicamente o CNPq lança a Chamada Universal, destinada a receber projetos científicos em todas as áreas do conhecimento, incluindo a temática da promoção da saúde integral LGBT, que poderão ser financiados, desde que tenham demanda qualificada.

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. In: _____. **Assembleia de Minas**: Poder e voz do Cidadão. (Portal.) Disponível em: <http://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/index.html>. Acesso em: 30 de Setembro de 2018.

Nota: nos termos da Constituição do Estado, a autoridade estadual que, em resposta a pedido escrito de informação encaminhado pela Assembleia Legislativa, se recusar a responder, não atender no prazo de 30 dias ou prestar falsa informação, pode ser responsabilizada. Cumpre observar que os pedidos de providência possuem natureza distinta dos de informação. Eles podem ser encaminhados a autoridade de outras esferas federativas e, até por isso, não há previsão legal da obrigação de que sejam respondidos.

Acesse o site [Políticas Públicas ao Seu Alcance](#) para saber mais sobre as políticas públicas de [Direitos Humanos](#) e para [Criança e Adolescente](#); [Mulher](#); [LGBT](#) e [Negros, Povos e Comunidades Tradicionais](#) e monitorar suas execuções ao longo do ano.